

Ofício 72/2015

Brasília, 14 de Julho de 2015.

Exmo Senador

Paulo Rocha

Senador da República PT-Pará

Senado Federal Brasília/DF

Ref. : Documentos sobre do INSS

Senhor Senador,

Através deste, os membros do Comando Nacional de Greve vem encaminhar documentos em relação aos seguintes fatos:

A Previdência Social Publica Brasileira é o maior sistema de previdenciário Estatal da América Latina e um dos maiores do mundo, com mais de 50 milhões de contribuintes, mais de 31 milhões de benefícios pagos anualmente. Apesar da controversa sobre a existência do Déficit Previdenciário, estudos feitos pela ANFIP apontam que em 2014 houve um superávit de 78 bilhões de reais nas contas da Seguridade Social, sendo esta a segunda maior arrecadadora de tributos do País.

Atualmente temos 38 mil servidores trabalhando no Seguro Social, Técnicos, Analista de Nível Superior e Médicos Peritos, prestando atendimento a população nas mais de 1.500 APS, Prev Barco, Prev Cidades exercendo atribuições em 1.500 agencias em todo País, sejam nas áreas técnicas e ou pericia médica. Por falta de funcionários e estrutura quase uma centena de APS feitas pelo PEX ainda estão fechadas. Destas funcionários aproximadamente 11 mil já preencheram todos pré-requisitos para se aposentarem, seja a questão da idade e ou tempo de contribuição, podendo chegar em 18 mil servidores em 2019, mas continuam exercendo suas atividades atendendo os milhões de brasileiros que anualmente procuraram as unidades da Previdência Social, para buscarem seus benefícios e ou pagaram contribuições individuais. Conforme consta no relatório da Auditoria do Tribunal de Contas da União anualmente são atendidos 10 milhões de brasileiros, seja por demanda direta nas Agencias e ou agendamento virtual pelo call Center 135.

Com as alterações ocorridas na legislação Previdenciária através das medidas provisórias 664 e 665 e a Lei das Domésticas e vinda do Seguro Defeso (Pescador), mais de 15 milhões de novos segurados passarão a ser atendidos nas Agencias da

Previdência Social, considerando 1.100.000 pescadores e segundo o IBGE 7 milhões de domésticas e número equivalente de patrões que estão sujeitos a cumprir a legislação previdenciária, o que evidencia a realidade no atendimento no Seguro Social, que atende do mais humilde cidadão ao grande empresário, ou poderíamos dizer, quase a totalidade da população brasileira. E ainda está para entrar em vigor as alterações no Auxílio Doença, calculo pela média, aposentadoria especial e mudanças pelo fator previdenciário MP 676/2015, que estabelece aposentadorias pelos fatores 85 mulheres e 95 homens.

Nos levantamentos feitos pelas Entidades seria necessário hoje realizar concurso público de pelo menos 15 mil vagas para atender a demanda de funcionários e colocar em pleno funcionamento todas as Agencias da Previdência Social em todo País e assegurar a continuidade dos serviços a população.

Desde 1983 a categoria luta pela regulamentação da Jornada de 30 horas, hoje plenamente possível com base no Decreto 4836 de 2003, que permite a implantação de Turno Ininterrupto de 12 horas no Serviço Público Federal, sendo que, até 2009 era aplicado no INSS quando foi retirada e levou a categoria a greve naquele período, culminando no enfrentamento com o poder judiciário e punição dos servidores perdendo 30 dias de salários, num flagrante desrespeito a lei, por parte dos dirigentes da Previdência Social á época. Posteriormente após a mediação dos parlamentares foi aprovado na Câmara dos Deputados o PDL 2304/2009, que se encontra sobrestado no Senado com PDL 538/2012 para anistia das punições.

No ano de 2012, a direção do INSS, para atender a demanda reprimida concordou implantar o Regime de Atendimento Especial o REAT, criando critérios para abertura das Agencias da Previdência Social em turnos ininterruptos com jornada de 30 horas. Porém criaram mais de 12 indicadores para medir a produtividade no INSS, todos estes critérios para manter as APS com turno de 12 horas e jornada de 30 horas de trabalho semanal.

Um sistema de controle que somente o INSS possui e da forma que foi aplicado transformou as relações de trabalho numa prática de Assedio Moral Institucionalizado, impondo um ritmo de trabalho alucinante, obrigando os servidores atenderem os segurados por tempo pré definido, ou seja, como se atender segurados fosse igual a produzir um parafuso, construir uma cadeira ou montar um carro. Importante lembrar que o segurado da Previdência é um cidadão que já pagou pelos serviços, o INSS não faz nenhum favor ao mesmo, ao contrário deveria trata-lo com toda a deferência e respeito que merece.

Portanto excelência a questão da Jornada foi analisada pelo Tribunal de Contas da União, que concluiu houve aumento de atendimento quando o trabalho é realizado em turno ininterrupto. E sendo esta uma conquista histórica de 32 anos de luta, esta demanda sempre esteve no centro das reivindicações da categoria. Consideramos esta, uma grande oportunidade de buscar soluções para a demanda da jornada de trabalho, fazendo a regulamentação das 30 horas de trabalho, melhorando as condições de

trabalho aos servidores e atendendo por maior tempo os milhões de segurados do sistema público da Previdência Social, sendo hoje e um dos pontos para solução da greve.

Outra grande injustiça a ser reparada esta na estrutura da carreira previdenciária onde os servidores recebem o maior valor de gratificação (GDASS) que é pago na explanada, ou seja, correspondendo a mais de 70% do valor dos salários, e estes perdem 50% da gratificação no ato da aposentadoria e precisa urgente ser reparada fazendo a incorporação aos vencimentos.

São estes os principais fatores que levou milhares de servidores a deflagrarem greve paralisando aproximadamente 1.000 unidades de trabalho em 23 Estados.

Atualmente, as condições de trabalho aliada aos problemas estruturais do INSS, onde temos centenas de APS construídas há mais de 30, 40 e 50 anos, em cidades que houve grande crescimento populacional ao longo destas décadas sem ter havido redimensionamento nestas unidades. Os servidores são obrigados a se desdobrarem sem as mínimas condições de trabalho, para atender a população brasileira, que graças ao avanço tecnológicos, alcançaram grande longevidade segundo o IBGE em média 73 anos de vida.

Desta forma considerando a importância dos serviços prestados pelo Seguro Social, vimos agradecer os esforços do ilustre Senador, na busca de soluções as mazelas do INSS, as demandas dos servidores em greve, e propomos ainda que, possamos organizar durante as atividades legislativas a realização de uma Audiência Pública para discutir a questão da Previdência Social no Brasil.

Igualmente, seria importante que fosse analisado a viabilidade de se implantar como currículo escolar nos cursos de nível médio educação previdenciária, importante conteúdo, com objetivo de ensinar os direitos previdenciários a novas gerações, podendo ainda, ser extensivo ao sistema S - SENAC - SENAR - SENAI e SESC. Com certeza um cidadão ciente dos seus direitos, não tem necessidade de permanecer longo período de tempo em fila virtual e ou físicas para ser atendido.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos

Atenciosamente.

**P/ Comando de Greve da FENASPS
Moacir Lopes**

Em anexo:

Histórico sobre as 30 horas no Seguro e Seguridade Social

Relatório do Tribunal de Contas sobre o INSS.

Estudo sobre a lotação do INSS 2015